

Demonstrações financeiras

Brigida Solar SPE S/A

31 de dezembro de 2021
com Relatório dos Auditor Independente

Brigida Solar SPE S/A

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Brígida Solar SPE S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Brígida Solar SPE S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 7 de abril de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Rita de C. S. Freitas', written over a horizontal line.

Rita de C. S. Freitas
CRC-1SP214160/O-5

Brígida Solar SPE S/A

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2021	31/12/2020
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	16.812	23.226
Contas a receber	5	1.994	-
Outros ativos		340	89
Total do ativo circulante		<u>19.146</u>	<u>23.315</u>
Ativo não circulante			
Caixa restrito	9	1.918	383
Imobilizado	6	121.137	33.657
Intangível		6	-
Direito de uso	7	1.668	1.476
Total do ativo não circulante		<u>124.729</u>	<u>35.516</u>
Total do ativo		<u>143.875</u>	<u>58.831</u>
Passivo e patrimônio líquido			
Passivo circulante			
Empréstimos e financiamentos	9	2.548	-
Fornecedores	8	62	9.991
Obrigações tributárias		381	352
Arrendamentos	11	8	6
Partes relacionadas	10	-	5.522
Outros passivos		-	35
Total do passivo circulante		<u>2.999</u>	<u>15.906</u>
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	9	95.072	18.480
Arrendamentos	11	1.734	1.448
Total do passivo não circulante		<u>96.806</u>	<u>19.928</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	12	47.335	24.035
Prejuízos acumulados		(3.265)	(1.038)
Total do patrimônio líquido		<u>44.070</u>	<u>22.997</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>143.875</u>	<u>58.831</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Brígida Solar SPE S/A

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2021	31/12/2020
Receita operacional líquida	13	17.993	-
Custos com a venda de energia	14	(10.052)	-
Resultado bruto		7.941	-
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	14	(924)	(401)
Outras despesas operacionais	14	-	(280)
Prejuízo antes do resultado financeiro		7.017	(681)
Resultado financeiro	15		
Receitas financeiras		161	-
Despesas financeiras		(8.814)	(164)
Resultado financeiro líquido		(8.653)	(164)
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(1.636)	(845)
Imposto de renda e contribuição social corrente	16	(591)	-
Prejuízo do exercício		(2.227)	(845)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Brígida Solar SPE S/A

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Prejuízo do exercício	(2.227)	(845)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(2.227)</u>	<u>(845)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Brígida Solar SPE S/A

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Notas	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019 (não auditado)		10	(193)	(183)
Aumento de capital social	12	24.025	-	24.025
Prejuízo do exercício		-	(845)	(845)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		24.035	(1.038)	22.997
Aumento de capital social	12	51.100	-	51.100
Redução de capital	12	(27.800)	-	(27.800)
Prejuízo do exercício	-	-	(2.227)	(2.227)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		47.335	(3.265)	44.070

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Brígida Solar SPE S/A

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2021	31/12/2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do exercício		(2.227)	(845)
Ajustes no lucro para:			
Depreciação e amortização		2.727	-
Encargos de juros de arrendamento		167	101
Juros sobre empréstimos		4.852	-
Amortização direito de uso		-	30
Provisão juros partes relacionadas		-	28
Amortização de custos de transação		10	-
		5.529	(686)
(Aumento) redução dos ativos operacionais			
Contas a receber		(1.994)	-
Outros ativos		(1.786)	(472)
		(3.780)	(472)
Aumento (redução) dos passivos operacionais			
Fornecedores		(9.929)	9.985
Obrigações tributárias		29	351
Outros passivos		(35)	35
		(9.935)	10.371
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		(8.186)	9.213
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Adições ao imobilizado		(90.157)	(33.448)
Juros capitalizados		1.872	95
Adições ao intangível		(6)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(88.291)	(33.353)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Aumento de capital social		51.100	24.025
Redução de capital		(27.800)	-
Captação de empréstimos e financiamentos		72.406	18.385
Pagamento de arrendamento		(121)	(153)
Partes relacionadas - ingressos de dívidas		-	5.876
Pagamento partes relacionadas		(5.522)	(782)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		90.063	47.351
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		(6.414)	23.211
Caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício		23.226	15
No fim do exercício		16.812	23.226
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		(6.414)	23.211

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Brígida Solar SPE S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Brígida Solar SPE S/A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações, de capital fechado, com sede na Rua Amauri, nº 255, 2º andar, Jardim Europa, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 01448-000. A Companhia tem por objeto social e propósito específico a geração de energia elétrica por fonte solar fotovoltaica, com endereço situado em São José do Belmonte, Estado do Pernambuco. O empreendimento possui capacidade instalada de 39,19MWpico (31,5MWac). A Companhia firmou contratos de venda de energia com sete distribuidores de energia com um preço de R\$163,88/MWh por um prazo de 20 anos, e iniciou a operação comercial em 26 de junho de 2021.

Com o início da operação da Companhia, a Administração entende que em função da natureza da prestação de serviços, tipo de cliente, atua em um único segmento operacional e única unidade de reporte, dada a similaridade que existe em todo o negócio da Companhia. Essa é a forma utilizada pelo principal gestor das operações para análise e tomada de decisão.

A Companhia foi constituída em 29 de janeiro de 2018 sob a denominação de Brígida Solar SPE Ltda. tendo sua razão social sido alterada em 12 de março de 2020.

A Companhia é controlada pela Holding Ares One Participações S.A. que detém 100% das ações.

1.1. Declaração de conformidade

A Administração avaliou a capacidade de continuidade da Companhia, estando convencida de que possui os recursos necessários e capacidade de desenvolver seus negócios no futuro de forma contínua, não havendo o conhecimento de incertezas ou probabilidades materiais que possam gerar dúvidas significativas em relação a sua continuidade.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram autorizadas para emissão de acordo com a resolução dos membros da Diretoria em 7 de abril de 2022.

1.2. Impactos relacionados à COVID 19

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que a pandemia relacionada ao Corona Vírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. Em 11 de março a mesma organização elevou a classificação do surto para pandemia, devido ao seu alcance global.

Brígida Solar SPE S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.2. Impactos relacionados à COVID 19--Continuação

A rápida e repentina propagação desta pandemia continua causando a paralisação de vários setores produtivos e comerciais e desencadeando decisões significativas de governos e entidades do setor privado que aumentam o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem continuar gerando impactos relevantes na atividade econômica de alguns setores.

No escritório administrativo a Companhia instituiu sistema de rodízio para respeitar o distanciamento seguro entre os colaboradores e durante os períodos mais críticos, passou a adotar estratégia mais restrita de áreas comuns, tendo maior parte da equipe trabalhando remotamente.

Além disso, foi enviado por e-mail os protocolos de higienização e a adoção de álcool em gel em todos os ambientes da Companhia, incluindo nos canteiros de obras, refeitórios, orientações para o uso de máscaras e os testes recorrentes para detectar a doença.

O início original do suprimento de energia estava previsto para janeiro de 2021, contudo, foi reconhecido pela ANEEL o pleito de excludente de responsabilidade de 120 dias solicitado pela Companhia devido aos impactos da COVID, postergando o início do suprimento de energia para maio de 2021, sem qualquer penalização regulatória para a Companhia (não houve a aplicação de multas nem a geração de qualquer passivo regulatório nesse sentido). Os contratos com os fornecedores (de obras civis, equipamentos etc.) tampouco sofreram qualquer tipo de aplicação de multas e/ou geração de passivos. Vale ressaltar também que, pela velocidade de implantação do projeto, nenhum contrato incorreu em reajuste de valores por conta de inflação.

A Companhia não utilizou nenhum benefício fiscal em função da COVID, e não houve renegociação de prazos e valores com clientes. Com relação ao risco cambial (painéis fotovoltaicos são importados), a Companhia utilizou um instrumento de "hedge" para mitigar tal risco através da sua Controladora. Não houve aplicação de multas e/ou geração de passivos.

Os negócios da Companhia apresentam receita previsível, reajustadas pela inflação e de longo prazo, assegurada pelos modelos regulatórios dos segmentos de atuação, não apresentando risco de demanda, por não depender de volume consumido de eletricidade e nem de preços de energia. Desta forma, a administração da Companhia não considera que exista risco de realização de seus recebíveis. Não houve variação significativa na inadimplência em decorrência da COVID-19 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

A Companhia não identificou nenhum impacto relevante econômico-financeiro e contábil em suas demonstrações financeiras do exercício de 2021. Adicionalmente não houve eventos até a data de emissão destas demonstrações financeiras, que alterasse essa situação.

Brígida Solar SPE S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. As demonstrações financeiras, exceto se indicado de outra forma e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Legislação Societária Brasileira, os Pronunciamentos, Orientações, Interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido pelas normas contábeis.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão relacionadas ao plano de negócios da Companhia e avaliação da necessidade de provisão para riscos tributários, ambientais, cíveis e trabalhistas e estão divulgadas na nota explicativa 17.

As principais políticas contábeis adotadas pela Companhia estão definidas abaixo e foram aplicadas de modo consistente durante nos exercícios apresentados.

2.1. Classificação dos ativos e passivos no circulante e não circulante

Um ativo ou passivo deverá ser registrado como não circulante se o prazo remanescente do instrumento for maior do que 12 meses e não é esperado que a liquidação ocorra dentro do período de 12 meses subsequentes à data-base das demonstrações financeiras, caso contrário será registrado no circulante.

2.2. Determinação do valor justo

Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou não são negociados em mercados ativos, a Companhia faz a avaliação por meio de diversas técnicas e usa seu julgamento para escolher métodos e definir premissas que se baseiam, principalmente, nas condições de mercado existentes na data do balanço. e a análise de fluxos de caixa descontados.

Brígida Solar SPE S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis--Continuação

2.3. Tributos

Imposto de renda e contribuição social

Correntes

Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias utilizadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

A Companhia é tributada pela sistemática do Lucro presumido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

Conforme ICPC 22 - Incerteza sobre o Tratamento de Tributos sobre a Lucro, a Companhia avaliou o conceito trazido pela norma em relação a eventuais divergências de entendimento com as autoridades fiscais, não identificando itens a serem destacados dentro de suas práticas.

2.4. Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são contabilizadas utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data da respectiva transação. Os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data do balanço patrimonial. As variações cambiais são reconhecidas na demonstração do resultado quando incorridas.

2.5. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa, uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor, em caso de resgate antecipado.

2.6. Imobilizado

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, formação ou construção, adicionado dos juros e demais encargos financeiros incorridos durante a construção ou desenvolvimento de projetos, os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados e os custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Brígida Solar SPE S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis--Continuação

2.6. Imobilizado--Continuação

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são contabilizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto, que os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, com base em taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, não excedendo o prazo dos contratos, sendo contabilizada a partir do momento em que os itens estão disponíveis para uso.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos anualmente, quando do encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

2.7. Provisão para perda do valor recuperável de ativos

a) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Para o ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado, ele é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há indicação de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se há indicação de que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados, e que possa ser estimado de maneira confiável.

A redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado ao custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis, quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. A Companhia não identificou perdas ("impairment") a serem reconhecidas em nenhum dos exercícios apresentados.

Brígida Solar SPE S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis--Continuação

2.7. Provisão para perda do valor recuperável de ativos--Continuação

b) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, excetuando o imposto de renda e a contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou da Unidade Geradora de Caixa - UGC exceder o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo (ou da UGC) para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida, exceto ágio. A Companhia não identificou perdas ("impairment") a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.

2.8. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais de um instrumento financeiro. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

Brígida Solar SPE S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis--Continuação

2.8. Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros

As classificações dos ativos financeiros no momento inicial são conforme detalhe abaixo:

- (a) Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado: esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas na demonstração do resultado.
- (b) Ativos financeiros a custo amortizado: estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desconhecimento é reconhecido no resultado.

Mensuração subsequente

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Custo amortizado: um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- (a) É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- (b) Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao Valor Justo por Meio do Resultado Abrangente (VJORA), são classificados como ao Valor Justo por Meio do Resultado (VJR).

No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma que atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Brígida Solar SPE S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis--Continuação

2.8. Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

Mensuração subsequente--Continuação

Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e partes relacionadas.

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos e financiamentos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento, ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Nessa avaliação, a Companhia considera:

- (a) Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- (b) Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- (c) O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- (d) Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Brígida Solar SPE S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis--Continuação

2.8. Instrumentos financeiros--Continuação

Passivos financeiros

As classificações dos passivos financeiros são como seguem:

- (a) Mensurados pelo valor justo por meio do resultado: são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação no curto prazo, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas, para se obter informação contábil mais relevante e consistente.

Estes passivos são registrados inicialmente pelos respectivos valores justos, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos que seja atribuível a alterações no risco de crédito do passivo, deve ser registrada contra outros resultados abrangentes. A Companhia não possui passivos financeiros classificados nessa categoria.

- (b) Mensurados subsequentemente ao custo amortizado: são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de fazer essa compensação dos valores, e caso haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.9. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente com consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem divergir das estimativas da Administração.

Brígida Solar SPE S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis--Continuação

2.9. Provisões--Continuação

Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes significativos que forem avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possuía processos judiciais passivos classificados como perda provável ou possível, por isso não foi contabilizada qualquer provisão, ou efetuada divulgação adicional.

Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgados. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possuía nenhum ativo contingente registrado ou a ser divulgado nas demonstrações financeiras.

2.10. Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, conforme abaixo:

Brígida Solar SPE S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis--Continuação

2.10. Arrendamentos--Continuação

Ativos de direito de uso--Continuação

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Vide políticas contábeis para a redução ao valor recuperável de ativos não financeiros na nota explicativa 2.7.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa como taxa de juros 10,59% a.a. em linha com o prazo do vencimento do contrato de aluguel de 33 anos. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento).

2.11. Custo de empréstimos

Os empréstimos e financiamentos tomados são reconhecidos, quando do recebimento dos recursos. Em seguida, os empréstimos e financiamentos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido.

Custos de empréstimos e financiamentos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos e financiamentos são registrados em despesa no exercício em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos relativos ao empréstimo.

Brígida Solar SPE S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis--Continuação

2.12. Receitas

As receitas são reconhecidas no resultado de acordo com as regras do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência de controle sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais, conforme as bases contratadas. A receita de suprimentos de energia elétrica inclui também as transações no mercado de curto prazo.

As receitas são apresentadas líquidas dos impostos incidentes: PIS e COFINS na demonstração do resultado. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia optou pelo regime de tributação de Lucro presumido, conseqüentemente adotando o regime cumulativo para PIS e COFINS (alíquota combinada de 3,65%).

2.13. Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações emitidas, que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2021

A Companhia avaliou os impactos e adotou a partir de 1º janeiro de 2020 as normas abaixo, concluindo que não houve impacto relevante nas suas demonstrações financeiras.

- Definição de um negócio (alterações ao CPC 15(R1));
- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26(R1) 1 e CPC 23);
- Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento (alterações no CPC 06 (R2); e
- Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro (CPC 00 (R2)/Conceptual Framework)

2.14. Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações emitidas pelo IASB - *International Accounting Standards Board* e não vigentes

Adicionalmente, o CPC trabalha com a emissão de novos pronunciamentos e revisão de pronunciamentos existentes, os quais entrarão em vigência somente em 01 de janeiro de 2023, sendo

- Substituição do IFRS 4 Contrato de Seguro para o IFRS 17 Contrato de Seguro;
- Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante; e
- Alterações ao IAS 37: Contratos Onerosos - custos para cumprir um contrato.

A Companhia está avaliando os impactos das alterações emitidas pelo IASB e pretende adotar estas novas normas e interpretações, se aplicáveis, quando forem emitidas pelo CPC e estiverem em vigor.

Brígida Solar SPE S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Resumo das principais práticas contábeis

3.1. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

i) Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Ativos e passivos sujeitos às estimativas e premissas incluem provisão para perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros, determinação a vida útil do ativo imobilizado e do período de amortização do direito de uso, provisão para riscos tributários, ambientais, cíveis e trabalhistas e mensuração do custo orçado dos projetos e valor justo de instrumentos financeiros.

ii) Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, que podem resultar em valores diferentes quando da liquidação, estão apresentados abaixo:

a) *Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros*

Para contas a receber de clientes e ativos de contrato, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. A Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base, que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

A Companhia considera um ativo financeiro em situação de inadimplemento quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 90 dias. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

Brígida Solar SPE S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

3.1. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis--Continuação

ii) Estimativas e premissas--Continuação

b) *Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros*

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso.

O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de vendas em ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

A Administração revisa anualmente e/ou quando ocorre algum evento específico o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil ao valor recuperável. Essas perdas são lançadas ao resultado do exercício quando identificadas.

c) *Valor justo de instrumentos financeiros*

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido em mercado de ativos, ele é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método do fluxo de caixa descontado.

d) *Determinação a vida útil dos ativos imobilizados e do período de amortização do direito de uso*

A depreciação é calculada com base no método linear ao longo do prazo estimado de vida útil para todos os bens que compõe os ativos operacionais. São utilizadas as taxas de depreciação do MCPSE-Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico.

- Equipamentos de informática - 5 anos
- Máquinas e equipamentos - 6 a 40 anos
- Outros ativos imobilizados - 16 anos

Brígida Solar SPE S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

3.1. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis--Continuação

ii) Estimativas e premissas--Continuação

- d) *Determinação a vida útil dos ativos imobilizados e do período de amortização do direito de uso*--Continuação

O período de amortização do direito de uso é definido com base no prazo dos respectivos contratos de arrendamento.

- e) *Provisões para riscos tributários, ambientais, cíveis e trabalhistas*

A Companhia reconhece provisão para riscos tributários, ambientais, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2021	2020
Caixa e bancos	9.933	17.158
Títulos e valores mobiliários	6.879	6.068
Total	16.812	23.226

As aplicações referem-se a fundos de investimento em renda fixa e aplicações automáticas vinculadas a conta corrente, onde a remuneração efetiva dependerá do prazo total pelo qual os recursos permanecem aplicados, considerando que a administração registra essas aplicações pelo percentual de rendimento auferido. As aplicações financeiras possuem liquidez imediata e foram remuneradas, em média, 103% do CDI em 31 de dezembro de 2021 (98,5% do CDI em 31 de dezembro de 2020).

Brígida Solar SPE S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Contas a receber

Descrição	31/12/2021
Contas a receber de clientes - faturados	538
Contas a receber de clientes - não faturados	1.456
	<u>1.994</u>

A Companhia não identificou a necessidade de contabilizar a provisão para créditos de liquidação duvidosa, por não haver títulos vencidos em 31 de dezembro de 2021.

6. Imobilizado

A composição do ativo imobilizado está demonstrada na tabela abaixo:

	31/12/2021		31/12/2020
	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido
Projetos em andamento	-	-	1.267
Adiantamentos contratos de importação	-	-	1.983
Construção em andamento	-	-	30.312
Máquinas e equipamentos	123.814	(2.677)	-
Juros capitalizados	-	-	95
Saldo em 31 de dezembro de 2021	123.814	(2.677)	33.657

Brígida Solar SPE S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Imobilizado--Continuação

A movimentação do ativo imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 está demonstrada a seguir:

	31/12/2019	Adições	31/12/2020	Adições	Transferências	Depreciação	31/12/2021
	(não auditado)						
Projetos em andamento	209	1.058	1.267	-	(1.267)	-	-
Adiantamentos contratos de importação	-	1.983	1.983	3.930	(5.913)	-	-
Construção em andamento	-	30.312	30.312	84.355	(114.667)	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	123.814	(2.677)	121.137
Juros capitalizados	-	95	95	1.872	(1.967)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	209	33.448	33.657	90.157	-	(2.677)	121.137

As taxas médias de depreciação estão evidenciadas na nota explicativa 3(d).

Brígida Solar SPE S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Direito de uso

Os valores relativos a direito de uso advêm principalmente dos contratos de arrendamento de terrenos onde estão implantados os empreendimentos de Geração de energia solar fotovoltaica. Trata-se de 4 contratos celebrados por um período de 33 anos com vigência entre 2020 e 2053.

A movimentação do direito de uso dos ativos, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 está demonstrada abaixo:

	<u>Direitos de uso</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2019	-
Adições	1.506
Amortizações	(30)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	<u>1.476</u>
Adições	242
Amortizações	(50)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>1.668</u>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a Companhia não apurou despesas referentes a arrendamentos de curto prazo (inferior a 12 meses de contrato) ou de operações com ativos de baixo valor envolvidos nos contratos.

8. Fornecedores

O saldo de fornecedores nacionais em 31 de dezembro de 2021 é R\$62 que corresponde principalmente a serviços (R\$9.991 em 31 de dezembro de 2020 que se referem principalmente aos projetos de construção dos parques de geração de energia fotovoltaica). Os valores de fornecedores não sofrem incidência de juros e são geralmente liquidados em prazos de 20 a 30 dias.

9. Empréstimos e financiamentos

Empréstimo contratado junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. em 29 de setembro de 2020, no montante de R\$96.098, atualizados por IPCA + 3,27% a.a, com carência de 18 meses com amortização mensal, sendo 1ª parcela em fevereiro de 2022 e com última parcela em outubro de 2040, representando um financiamento de 20 anos, para construção de uma Usina Fotovoltaica, através dos recursos oriundos do FNE - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste.

Brígida Solar SPE S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Como garantias existem cartas de fiança emitidas pelo Banco Itaú, do montante desembolsado pelo BNB. Adicionalmente, existem garantias específicas através dos seguintes instrumentos contratuais:

- Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Centralização de Recebíveis;
- Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Emergentes;
- Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos da Concessão/Autorização;
- Contrato de Penhor das Ações;
- Alienação fiduciária das máquinas e equipamentos;
- Constituição da Conta Reserva de O&M e Fundo de Liquidez -Caixa restrito que em 31 de dezembro de 2021 tinha um saldo de R\$1.918;
- Fiança dos Acionistas.

O contrato possui *Covenants* financeiro para manutenção do comprometimento da capacidade de pagamento abaixo de 70%, Fundo de Liquidez, Conta Reserva de O&M, geração acima de 90% do P90 da e certificação da geração de energia.

Esses *Covenants* serão exigidos a partir de dezembro de 2022.

A movimentação dos empréstimos e financiamentos nos exercícios de 2021 e 2020 teve a seguinte composição:

Movimentação de empréstimos e financiamentos	Moeda Nacional	Moeda Nacional
	31/12/2021	31/12/2020
Saldo Inicial	18.480	-
Ingressos de dívidas	72.406	18.583
Juros incorridos capitalizados	1.872	95
Juros incorridos	4.852	-
Custos de transação apropriados	10	(198)
Saldo final	97.620	18.480
Circulante	2.548	-
Não circulante	95.072	18.480

Brígida Solar SPE S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Empréstimos e financiamentos--Continuação

O saldo da dívida de longo prazo junto ao BNB em 31 de dezembro de 2021 é conforme detalhe abaixo:

	2023	2024	2025	2026	A partir de 2027	Total
Empréstimos e financiamentos	3.039	3.965	4.127	4.294	79.647	95.072

10. Transações com partes relacionadas

Remuneração dos membros-chave da Administração

Conforme definido em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 19 de junho de 2020, os membros do conselho de administração não são remunerados. A Companhia não incorreu em gastos relacionados a remuneração de diretores para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

Os principais saldos passivos em 31 de dezembro de 2021, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem principalmente de contratos de mútuos com a Sindustrial e Solatio Desenvolvimento, de acordo com as condições específicas estipuladas entre as partes, e um contas a pagar para a Brígida 2 Solar referente aos pagamentos de compras de equipamentos da Usina, realizados pela Brígida 2 Solar, os quais foram quitados no início de 2021.

	Saldo em 31/12/2020	Saldo em 31/12/2021
Parte relacionada		
Socio Sindustrial (a)	99	-
Socio Solatio Desenvolvimento (a)	12	-
Brígida 2 Solar (b)	5.411	-
Total partes relacionadas	5.522	-

(a) Contratos de mútuos com a Sindustrial e Solatio, liquidados em 2021 sobre os quais não incidiam juros.

(b) Contas a pagar para a Brígida 2 Solar referente aos pagamentos de compras de equipamentos da Usina, realizados pela Brígida 2 Solar, os quais foram quitados no decorrer de 2021 e sem incidência de atualização financeira.

Brígida Solar SPE S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Arrendamentos

Os arrendamentos foram contabilizados de acordo com as práticas contábeis mencionadas na Nota explicativa 2.11, com taxa de juros 10,59% a.a. em linha com o prazo do vencimento do contrato de aluguel de 33 anos, com vencimento até 2053.

Abaixo são apresentados os saldos contábeis e as movimentações do passivo de arrendamentos, para os exercícios findos em 31 e dezembro de 2021 e 2020:

	Passivo de arrendamento	Ajuste a valor presente	Valor líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-	-	-
Adição	5.131	(3.625)	1.506
Pagamentos	(153)	-	(153)
Atualização monetária	-	101	101
Saldo em 31 de dezembro de 2020	4.978	(3.524)	1.454
Atualização do contrato	243	-	243
Pagamentos	(122)	-	(122)
Atualização monetária	-	167	167
Saldo em 31 de dezembro de 2021	5.099	(3.357)	1.742
Circulante			8
Não circulante			1.734

A tabela abaixo apresenta um sumário do perfil de vencimento do saldo a pagar dos arrendamentos de acordo com as obrigações assumidas em cada contrato:

	2022	2023	2024	2025	2026	A partir de 2026	Total
Vencimento de Passivo de Arrendamento	184	184	184	184	184	4.179	5.099

Brígida Solar SPE S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Patrimônio líquido

Capital social

Em 19 de junho de 2020, foi celebrado um instrumento particular de compra e venda de ações, onde a companhia Ares 1 Participações S/A adquiriu 9.998 (nove mil novecentos e noventa e oito) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, dos acionistas Solatio Desenvolvimento e Gestão de Projetos Solares Ltda e Sindustrial Engenharia Ltda., totalmente integralizadas, sendo o capital social da Companhia, em 31 de dezembro de 2019, representado pelo montante de R\$10.

Em 19 de junho de 2020 os acionistas aprovaram o aumento de capital social que passa de R\$10 (dez mil reais) para R\$51.000, mediante a emissão de 50.990.000 (cinquenta milhões, novecentos e noventa mil) novas ações ordinárias, no valor de R\$1,00 cada e sem valor nominal totalmente subscritas pelo acionista Ares 1 Participações S.A. Houve ainda, a conversão de 2 (duas) ações ordinárias em ações preferenciais nominativas.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia integralizou o montante de R\$ 24.035. Dessa forma, o capital social integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2020 é de R\$24.035. Em 31 de dezembro de 2020, o capital social a integralizar é de R\$ 26.965 de forma que o capital social total autorizado é de R\$ 51.000 (51.000.000 ações).

Em 29 de março de 2021, foi feita uma cisão parcial dos ativos da Ares 1 Participações S.A. para a Ares One Participações S.A, composta pelos ativos Brígida Solar SPE S.A e Brígida 2 Solar SPE S.A. Dessa forma, a Ares One passou a ser controladora da Companhia.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, houve a integralização dos R\$ 26.965 e subscrição de 24.135.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 1(um real) por ação, totalizando R\$ 24.135 de aumento de capital. As novas ações foram totalmente subscritas e integralizadas pela Ares One Participações S.A, passando a Companhia a ter um capital social de R\$ 75.135.

Em 21 de setembro de 2021, a Companhia reduziu o capital social em R\$27.800, em razão de os acionistas o considerarem excessivo aos objetivos da companhia e com o conseqüente cancelamento de 27.800.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas de titularidade da acionista Ares One Participações S.A.

Em 31 de dezembro de 2021 o capital social da Companhia é no montante de R\$47.335 (R\$ 24.035 em 31 de dezembro de 2020, mais aumento capital R\$ em R\$23.300) dividido em 47.335.000 ações nominativas, totalmente subscritas e integralizadas, sendo 47.334.998 ações ordinárias e 2 (duas) ações Preferenciais.

Brígida Solar SPE S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Patrimônio líquido--Continuação

Capital social--Continuação

A composição do capital social subscrito da Companhia é assim demonstrada:

31/12/2020							
Acionista	ON	PN	R\$/ação	Capital (em Reais)	% ON	% PN	% Capital
Ares 1 Participações S.A.	50.999.998	-	1,00	50.999.998	100	-	99,9999961
Projetos Solares Ltda	-	1	1,00	1,00	-	0,00000196	0,00000196
Sindustrial Engenharia Ltda	-	1	1,00	1,00	-	0,00000196	0,00000196
Total	50.999.998	2	-	51.000.000	100	0,00000392	100,00

31/12/2021							
Acionista	ON	PN	R\$/ação	Capital (em Reais)	% ON	% PN	% Capital
Ares One Participações S.A	47.334.998	-	1,00	47.334.998	100	-	99,9999961
Projetos Solares Ltda	-	1	1,00	1,00	-	0,00000196	0,00000196
Sindustrial Engenharia Ltda	-	1	1,00	1,00	-	0,00000196	0,00000196
Total	47.334.998	2	-	47.335.000	100	0,00000392	100

Distribuição de lucros

Os detentores de ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos conforme definido no estatuto da Companhia, que após a constituição da reserva deverão ser distribuídos dividendos obrigatórios aos acionistas equivalentes a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício. As ações ordinárias dão direito a um voto por ação nas deliberações da Companhia. As ações preferenciais não terão direito a voto, contarão com prioridade no reembolso de capital, participarão da distribuição de dividendos em igualdade de condições com as ações ordinárias.

Reserva legal

Os lucros líquidos apurados em balanço, depois de deduzidos os 5% (cinco por cento) para a constituição do Fundo de Reserva Legal, que não excederá o limite de 20% (vinte por cento) do capital social, ficarão à disposição da Assembleia Geral, que deverá decidir quanto à sua aplicação em dividendos, em fundos de reserva ou em outros fins, observado o disposto no parágrafo único abaixo.

Brígida Solar SPE S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Receita operacional líquida

As receitas da Companhia apresentaram os saldos conforme abaixo:

	<u>31/12/2021</u>
Venda de energia	18.658
(-) Impostos incidentes - PIS e COFINS	(665)
Total	<u>17.993</u>

14. Custos, despesas e outras receitas

Os custos da Companhia apresentaram os saldos conforme abaixo:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Custo na aquisição de energia elétrica para revenda	(6.825)	-
Depreciação e amortização	(2.727)	(30)
Serviços de terceiros	(683)	(401)
Outras despesas	(741)	(250)
Total	<u>(10.976)</u>	<u>(681)</u>
Custos com a venda de energia	(10.052)	-
Despesas gerais e administrativas	(924)	(401)
Outras despesas operacionais	-	(280)
	<u>(10.976)</u>	<u>(681)</u>

15. Resultado financeiro

Os resultados financeiros apresentados pela Companhia foram conforme descritos abaixo:

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	159	-
Outras receitas financeiras	2	-
Subtotal	<u>161</u>	<u>-</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre arrendamentos	(167)	(101)
Perdas com Instrumentos Financeiros Derivativos	(1.867)	-
Comissões de fiança	(1.330)	-
Juros sobre empréstimos	(4.852)	-
Juros Passivos	(35)	-
IOF	(2)	-
Demais despesas financeiras	(561)	-
Tarifas bancárias	-	(63)
Subtotal	<u>(8.814)</u>	<u>(164)</u>
Total	<u>(8.653)</u>	<u>(164)</u>

Brígida Solar SPE S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Despesa de Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL) correntes

- a) Base de cálculo dos impostos apurados pelo lucro presumido para o exercício findo em 31 de dezembro é como segue:

	<u>31/12/2021</u>
Venda de energia	18.658
Receita de aplicação financeira	159
Total das receitas tributáveis	18.817
Presunção IRPJ 8%	1.493
Presunção CSLL 12%	2.239
Despesa com IRPJ e CSLL - lucro presumido	591

17. Provisões para riscos tributários, ambientais cíveis e trabalhistas

A Companhia não tem demandas judiciais, de riscos prováveis ou possíveis em 31 de dezembro de 2021 e 2020, bem como até a data da aprovação destas demonstrações financeiras.

18. Instrumentos financeiros, gestão de capital e gestão dos riscos

Os principais ativos financeiros da Companhia incluem, caixa, equivalentes de caixa, contas a receber e caixa restrito que resultam diretamente de recursos aportados por seus acionistas e obtido junto a terceiros. Os principais passivos financeiros da Companhia referem-se a fornecedores, empréstimos e financiamentos e arrendamentos. O principal propósito desses passivos financeiros é financiar as operações da Companhia.

A Companhia aplica CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços);

Nível 3- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis).

Brígida Solar SPE S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Instrumentos financeiros, gestão de capital e gestão dos riscos--Continuação

	31/12/2021		31/12/2020		Classificação	Nível
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
Ativos financeiros						
Caixas e bancos	9.933	9.933	17.158	17.158	Custo amortizado	
Títulos e valores mobiliários	6.879	6.879	6.068	6.068	Valor justo por meio do resultado	2
Caixa restrito	1.918	1.918	383	383	Valor justo por meio do resultado	2
Passivos financeiros						
Fornecedores	62	62	9.991	9.991	Custo amortizado	
Empréstimos e financiamentos	97.620	97.620	18.480	18.480	Custo amortizado	
Arrendamentos	1.742	1.742	1.454	1.454	Custo amortizado	

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

- Empréstimos e financiamentos (líquidos dos custos a amortizar):

Dívida com BNB: Como esse contrato é de longo prazo, portanto, não está contemplado no escopo do CPC 12, que preceitua que passivos dessa natureza não estão sujeitos à aplicação do conceito de valor presente por taxas diversas daquelas a que esses empréstimos e financiamentos já estão sujeitos, visto que para esse tipo de dívida de longo prazo no Brasil não tem um mercado, ficando portanto a oferta de crédito restrita a apenas um ente governamental, fato que levou a Companhia a utilizar o mesmo conceito na definição do valor justo para esses empréstimos e financiamentos.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

Gestão de riscos

A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. Tais políticas e procedimentos foram definidos no Manual de Compliance e Integridade e na Política de Gestão Integrada de Riscos de Compliance da Perfin. A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela administração.

Brígida Solar SPE S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Instrumentos financeiros, gestão de capital e gestão dos riscos--Continuação

Gestão de riscos--Continuação

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. A Companhia está exposta ao: risco de taxa de juros, risco de câmbio. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos e financiamentos, arrendamentos e equivalentes de caixa.

i) Risco de câmbio

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição da Companhia ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se principalmente às importações feitas em moeda diferente da moeda funcional da Companhia. Para mitigar esse risco de cambial a Companhia utilizou um instrumento de derivativo através da sua Controladora.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não apresentava saldo de ativo ou passivo em moeda estrangeira.

ii) Risco regulatório

A Companhia está sujeita a regulação do setor Energético Brasileiro e, mais especificamente, às regulações do segmento de Geração Solar Fotovoltaica. As implicações deste arcabouço legal nos resultados atuais e futuros são monitoradas pela Diretoria Executiva da Companhia.

iii) Risco de taxa de juros

É o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis. A Companhia gerencia o risco de taxa de juros mantendo uma equilibrada participação de empréstimos e financiamentos atrelados a indicadores com menores taxas e baixa flutuação no curto e longo prazo.

Brígida Solar SPE S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Instrumentos financeiros, gestão de capital e gestão dos riscos--Continuação

Gestão de riscos--Continuação

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros das aplicações financeiras

Para verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras as quais a Companhia estava exposta na data-base de 31 de dezembro de 2021, foram definidos 5 cenários diferentes. A base para definir esses cenários foi o relatório FOCUS de 31 de dezembro de 2021, de onde foi extraída a projeção dos indexadores SELIC/CDI e assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a receita financeira bruta não levando em consideração incidência de impostos sobre os rendimentos das aplicações.

A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2021 projetando para um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

Aplicações financeiras	Indexador	% do Indexador	Posição em 31/12/2021	Projeção Despesas Financeiras - Um Ano				
				Cenário Provável	Risco de Redução		Risco de Aumento	
					Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
				11,8750%	5,9375%	8,9063%	14,8438%	17,8125%
Aplicações financeiras	CDI	98%	6.879	801	400	600	1.001	1.201
Caixa restrito	CDI	79%	1.918	180	90	135	225	270
Total			8.797	981	490	735	1.226	1.471

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros dos empréstimos e financiamentos

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nas dívidas aos quais a Companhia estava exposta na data-base de 31 de dezembro de 2021, foram definidos 05 cenários diferentes. Como cenário provável, adotado pela Companhia, o IPCA projetado foi obtido por meio do relatório Focus do Banco Central de 31 de dezembro de 2021; e a partir destes parâmetros foram calculados os cenários I e II com 25% e 50% de redução do risco e os cenários III e IV com 25% e 50% de elevação do risco, respectivamente.

Empréstimos e financiamentos	Indexador	Taxa de juros média a.a. (*)	Posição em 31/12/2021	Projeção Despesas Financeiras - Um Ano				
				Cenário Provável	Risco de Redução		Risco de Aumento	
					Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
				13,6112%	6,8056%	10,2084%	17,0140%	20,4167%
BNB	IPCA	3,273%	97.620	13.287	6.644	9.965	16.609	19.931
Total			97.620	13.287	6.644	9.965	16.609	19.931

Brígida Solar SPE S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Instrumentos financeiros, gestão de capital e gestão dos riscos--Continuação

Gestão de riscos--Continuação

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros dos empréstimos e financiamentos--Continuação

i) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao reconhecimento de perdas. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação às contas a receber) e de financiamento, incluindo caixa e equivalentes de caixa, transações em moeda estrangeira e outros instrumentos financeiros. O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política por esta estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pela Diretoria Financeira, respeitando limites de crédito definidos.

ii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é a possibilidade de a Companhia não cumprir suas obrigações financeiras nos prazos previstos, ou enfrentarem dificuldades em atender às necessidades do seu fluxo de caixa devido a restrições de liquidez no mercado. A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez. O objetivo da Companhia é manter um balanço adequado entre a continuidade da disponibilização de recursos e a flexibilidade de sua obtenção por meio de empréstimos bancários, ações preferenciais e contratos de arrendamento.

Gestão de capital

A Companhia realiza a gestão de capital de forma a garantir a continuidade de suas operações, bem como oferecer retorno aos seus investidores.

A Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e a partir desse monitoramento conseguir mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital.

Brígida Solar SPE S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Instrumentos financeiros, gestão de capital e gestão dos riscos--Continuação

Gestão de capital--Continuação

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida os empréstimos e financiamentos, deduzidos do caixa e equivalentes de caixa, conforme segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Empréstimos e financiamentos	97.620	18.480
(-) Caixa e equivalente de caixa	(16.812)	(23.226)
(-) Caixa restrito	(1.918)	-
Dívida líquida	78.890	(4.746)
Patrimônio Líquido	44.070	22.997
Índice de endividamento líquido	1,79	(0,21)

19. Compromissos

A Companhia firmou contratos de venda de energia com sete distribuidores de energia com um preço médio de R\$163,88/MWh por um prazo de 20 anos, e a previsão de início de operação comercial para junho de 2021.

UF	Submercado	GF (MWm)	Energia (MWh)	Preço (R\$/MWh)	Receita Anual (R\$ mil)
PE	NE	8,90	77.964	163,88	12,80

20. Seguros

Os seguros vigentes em 31 de dezembro de 2021 estão abaixo apresentados:

	31/12/2021		
	Valor segurado	Prêmio total	Vigência
Responsabilidade civil	5.000	11	26/06/2022
Risco de engenharia	219.037	250	30/07/2022
Riscos operacionais	252	312	26/06/2022
Seguro garantia	3.089	18	01/01/2022

O seguro de responsabilidade civil para executivos (D&O) é contratado pelo Perfin e envolve todas as empresas do grupo, a apólice vence em 28/02/2022.

Brígida Solar SPE S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Eventos subsequentes

Redução de capital

Em 03 de janeiro de 2022, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária, para reduzir o capital social da companhia, totalmente subscrito e integralizado, de R\$ 47.335 para R\$ 32.335, mediante redução do montante de R\$ 15.000, em razão de os acionistas considerarem excessivo o valor em relação aos objetivos da companhia, com o conseqüente cancelamento de 15.000.000 (Quinze milhões) de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da companhia, todas de titularidade da acionista Ares One Participações S.A; e, restituição do capital à acionista Ares One Participações S.A., em moeda corrente nacional.

Descontratação de energia vendida

A Companhia realizou a descontratação da energia vendida para o ano de 2022 no 4º Leilão de Energia Nova de 2017 através do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits (MCSD) e revendeu a energia descontratada no Mercado Livre, firmando contratos de venda de energia ao preço médio de R\$ 210,06/MWh (base janeiro de 22) por um prazo de 1 ano, de janeiro de 2022 a dezembro de 2022.